



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Cultura: Conceito Sempre em Desenvolvimento

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Cultura: Conceito Sempre em Desenvolvimento

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C968	Cultura [recurso eletrônico] : conceito sempre em desenvolvimento / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. 217 p. : il. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-437-5 DOI 10.22533/at.ed.375190406 1. Cultura. 2. Política cultural. 3. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. CDD 353.70981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O presente livro pretende introduzir o leitor ao conceito antropológico de cultura e seu constante desenvolvimento. Tema central das discussões antropológicas nos últimos 100 anos, o assunto tem se demonstrado inesgotável, motivo pelo qual aqueles que tiverem o desejo de se aprofundar recorrem à bibliografia apresentada no final do volume. Destinado essencialmente a um público que se inicia no tema. A nossa intenção foi a de elaborar um livro texto bem didático e, portanto, bastante claro e simples. Os autores procuraram, na medida do possível, utilizar exemplos referentes à nossa sociedade, à escola, instituições que compartilham conosco um mesmo território. Isto não impede, contudo, a utilização de exemplos torna dos emprestados de autores que trabalharam em outras partes do mundo. Tal procedimento é coerente, desde que o desenvolvimento do conceito de cultura é de extrema utilidade para a compreensão do paradoxo da enorme diversidade cultural da espécie humana. Para tornar a bibliografia citada mais acessível aos leitores, O livro se refere ao desenvolvimento do conceito de cultura a partir das manifestações iluministas até os autores modernos, procura demonstrar como a cultura influencia o comportamento social e diversifica enormemente a humanidade, apesar de sua com provada unida de biológica.

Esta reflexão trata da relação cultura, desenvolvimento local e políticas culturais enfatizando os instrumentos normativos de direcionamentos, constituição e orientação de políticas públicas relevantes a apresentação dos elementos culturais, materiais e imateriais, relacionados aos empreendimentos, associações, entidades e pessoas interessadas na melhoria da qualidade de vida por meio de processos populares de geração de renda.

A cultura traz um conjunto de possibilidades harmônicas ao desenvolvimento entre perspectiva do econômico, social e ambiental. Reverbera ressignificações simbólicas, não sem tensão, sobre identidade, valorização do lugar e das coisas do lugar, das concepções de tradicional e moderno, de futuro e passado, de avanço ou retrocesso, de progresso e atraso e de alteridades que aparecem na constituição do imaginário social.

Boa leitura!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CULTURA, CONCEITO EM DESENVOLVIMENTO: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DISCENTE.	
Solange Aparecida De Souza Monteiro Paulo Rennes Marçal Ribeiro João Guilherme De Carvalho Gattás Tannuri	
DOI 10.22533/at.ed.3751904061	
CAPÍTULO 2	16
POLITICS (AND POLICIES) OF HISTORICAL MEMORY AND VIOLATIONS OF HUMAN RIGHTS: GENDER AND ETHNICITY INTERSECTIONS	
Ricardo Sant' Ana Felix dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.3751904062	
CAPÍTULO 3	29
A CULTURA COMO CAMPO POLÍTICO EM CONSTRUÇÃO NO BRASIL	
Renner Coelho Messias Alves Ingrid Mendes Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.3751904063	
CAPÍTULO 4	42
AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A LEI Nº 10.639/03 NAS QUESTÕES DE ENSINO- APRENDIZAGEM: HISTÓRIA, CULTURA, IDENTIDADE NEGRA E AS COMPETÊNCIAS PARA UM ENSINO MULTICULTURAL	
Francisco Anderson Varela Bezerra Kássia Mota de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.3751904064	
CAPÍTULO 5	51
REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO DE ALFREDO BOULOS JÚNIOR COM A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.639 (2003-2012)	
Vanessa Santos Fontequê Jamaira Jurich Pillati Juliana Ferri Rosa Shizue Abe Sidney Lopes Sanchez Júnior Patrícia Ferreira Concato de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3751904065	
CAPÍTULO 6	63
O “BICHO-MÃE” NO CIBERESPAÇO: GÊNERO E MATERNIDADE NO BLOG MAMÍFERAS	
Clarissa Sousa de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.3751904066	
CAPÍTULO 7	75
MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA, MATERNIDADE E TECNOLOGIAS DE GOVERNO: UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO	
Caroline Silveira Sarmento	
DOI 10.22533/at.ed.3751904067	

CAPÍTULO 8	87
MEMÓRIAS, MULHERES E PODER NA PRESIDÊNCIA DAS COLÔNIAS DE PESCADORES/AS EM PERNAMBUCO	
Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão	
DOI 10.22533/at.ed.3751904068	
CAPÍTULO 9	99
IMAGENS DO FORRÓ PÉ DE SERRA NO SUDESTE COMO REPRESENTAÇÃO SOBRE A CULTURA NORDESTINA	
Renner Coelho Messias Alves	
DOI 10.22533/at.ed.3751904069	
CAPÍTULO 10	117
SECA E DEVOÇÃO: A CONSTRUÇÃO DO CRUZEIRO DE SÃO BOM JESUS EM CARIUTABA NO MUNICÍPIO DE FARIAS BRITO – CE	
Emanuel Mateus da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.37519040610	
CAPÍTULO 11	124
MITOS E RITOS DOS MUNDOS ÁRABES E INDÍGENAS: A DANÇA COMO UM OÁSIS DE REAFIRMAÇÃO DE IDENTIDADES	
Luiza Angélica Oliveira Guglielmini	
Romy Guimarães Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.37519040611	
CAPÍTULO 12	140
A MANIFESTAÇÃO DO SAGRADO NA TRILOGIA DO SILÊNCIO DE INGMAR BERGMAN A INFLUÊNCIA DO EXISTENCIALISMO MODERNO NO CINEMA EUROPEU	
Yasmin de Sousa Fontes dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.37519040612	
CAPÍTULO 13	151
MOBILIDADE URBANA PELOS MEIOS DE TRANSPORTE ALTERNATIVOS	
Mariana Rei Passos Campos	
DOI 10.22533/at.ed.37519040613	
CAPÍTULO 14	161
CONSUMO NA MEIA IDADE	
Kátia Sayuri Maruyama	
DOI 10.22533/at.ed.37519040614	
SOBRE A ORGANIZADORA	172

O “BICHO-MÃE” NO CIBERESPAÇO: GÊNERO E MATERNIDADE NO BLOG MAMÍFERAS

Clarissa Sousa de Carvalho

Universidade Estadual do Piauí (UESPI),
Departamento de Jornalismo
Teresina-PI

RESUMO: A maternidade, como construto histórico e cultural, é significada de formas diversas em diferentes culturas e épocas. Este artigo traz alguns achados da pesquisa de Mestrado da autora, no âmbito do programa de Pós-graduação em Antropologia e Arqueologia da UFPI, que objetivava compreender a construção da maternidade na contemporaneidade, através de uma perspectiva de gênero, buscando os sentidos dados a um modelo específico de maternidade – a maternidade mamífera. Busca-se entender de que maneiras as práticas relacionadas a esse modelo de maternidade se inserem nas relações de gênero, e como as mulheres/mães do blog Mamíferas (www.blogmamiferas.com.br) se utilizam de categorias historicamente ligadas à submissão das mulheres para construir um suposto empoderamento feminino. Através da análise de posts, comentários e entrevistas, buscou-se as estruturas de significação que sustentam tal experiência de maternidade. Ao optar por partos naturais, essas mulheres tentam escapar das amarras da medicalização e tecnologiação de seus corpos. Ao publicizarem

práticas tradicionalmente femininas em um blog, as informantes desafiam a separação ideológica que historicamente define lugares masculinos e femininos. Assim, o ciberespaço configura-se, para essas mulheres, como locus de construção identitária e facilitação do empoderamento feminino, ao permitir a criação de laços, o compartilhamento de experiências e a visibilidade dessas experiências.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Maternidade. Cibercultura. Blog.

ABSTRACT: Motherhood, as a historical and cultural construct, is signified in several ways in different cultures and times. This paper brings some of the findings from the author’s Master’s research, carried out at the Anthropology and Archeology Program, at UFPI, which aimed to understand the construction of motherhood in our days, through a gender perspective, searching for the meanings given to an specific pattern of motherhood – the “mamifera” [mammal] motherhood. We try to understand how the practices related to this pattern of motherhood are part of gender relations and how the women/mothers from blog Mamiferas (www.blogmamiferas.com.br) make use of categories that are historically related to women’s submission to build a supposed feminine empowerment. Through the analysis of posts, comments and interviews, we searched

for the signification structures that support such a motherhood experience. By choosing natural births, these women try to escape from the technologization and medicalization of their bodies. By publicizing traditionally feminine practices in a weblog, these women challenge the ideological separation that historically defines masculine and feminine places. Thus, cyberspace configures, for these women, in a locus of identity construction and facilitation of the feminine empowerment, by allowing bonding, sharing experiences and visibility for these experiences.

KEYWORDS: Gender. Motherhood. Cyberculture. Weblog.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo traz reflexões acerca da maternidade como instância de um dito “empoderamento” feminino, buscando na construção das relações de gênero as lógicas que legitimam as práticas maternas como produtoras de poder. A maternidade, como construto social, passa por ressignificações ao longo da História, assim como as relações de gênero, que se veem permanentemente ressignificadas. Buscou-se entender de que maneiras a adoção de práticas aparentemente tradicionais relacionadas à maternidade se configura no interior das relações de gênero, tomando o ciberespaço e a blogosfera como espaços de sociabilidade, construção e negociação de conteúdos simbólicos, de modo a mostrar como sua utilização por parte das mulheres/mães do blog Mamíferas (www.blogmamiferas.com.br) se dá em um contexto de valorização da maternidade.

Buscou-se as dimensões de sentido que embasam a preponderância dessas mulheres na vida familiar e o esclarecimento das posições de poder e de afirmação identitária do feminino no exercício da maternidade, expressas através do blog mencionado. Para tanto, foi preciso adaptar as técnicas etnográficas tradicionais às circunstâncias da virtualidade, problematizando o conceito mesmo de campo de estudo, que aqui se apresenta como um espaço de fluxos: o blog Mamíferas entendido como uma comunidade fluida onde mulheres/mães constroem sentidos a respeito de suas práticas de maternagem e de sua importância para o “ser mulher”.

Após a análise de posts, comentários e entrevistas, foram identificadas oito categorias que caracterizam o modelo de maternidade mamífera. Apresentamos aqui quatro dessas categorias, de forma abreviada, e suas imbricações com questões concernentes às relações de gênero.

2 | GÊNERO E MATERNIDADE

Refletir sobre a experiência da adoção de uma maternidade intensiva na contemporaneidade é refletir inevitavelmente sobre as relações de gênero, uma vez que a perspectiva de gênero possibilita entender a maternidade como um fenômeno construído historicamente, cultural e politicamente. É preciso, no entanto, enfatizar que a

maternidade é um fenômeno social marcado pelas desigualdades sociais e étnicas/ raciais e, como tal, não é experimentado da mesma forma por todas as mulheres, embora se possa falar em um “modelo de maternidade preponderante nas sociedades ocidentais contemporâneas, que tem como características gerais proles reduzidas e mães que trabalham fora” (SCAVONE, 2001, p. 48).

No livro *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, Elisabeth Badinter (1980) faz um histórico das representações e papéis sociais da mulher, do homem e da criança, do século XVII até o início do século XIX. Se, no início do período analisado, a criança é considerada fruto do pecado original, com o advento do racionalismo iluminista, a mesma passa a ser entendida como fonte do erro, desprovida de discernimento. No último terço do século XVIII, inicia-se, segundo a autora, uma revolução das mentalidades, quando começa a desenhar-se uma nova imagem da mãe, que se acentua nos dois séculos seguintes. Começa o império do “menino-rei” porque agora a criança tem um valor que nunca tivera: ela passa a ser insubstituível.

Marilyn Yalom (1997) refere-se à “politização do seio feminino” para descrever o processo que posicionou a mulher, como mãe, no centro das políticas de gestão da vida nas sociedades ocidentais modernas. Nesse contexto, há um processo de educação e medicalização dos corpos das mulheres em nome de sua responsabilidade na criação de filhos saudáveis para a salvação da sociedade.

A produção de um saber científico sobre o corpo se dá concomitantemente à politização do corpo, que passa a ser objeto de controle. Nesse contexto, se processa uma medicalização minuciosa dos corpos e do sexo das mulheres em nome da responsabilidade que elas teriam em relação à saúde de seus filhos, à solidez da instituição familiar e à salvação da sociedade como um todo (FOUCAULT, 2009). Assim, ao longo dos séculos XIX e XX, emergem vários discursos sobre cuidados a serem dispensados aos corpos femininos, principalmente aos corpos de mulheres-mães.

A transição de um modelo tradicional de maternidade, em que a mulher é definida essencialmente como mãe, para um modelo contemporâneo, em que a mulher é definida *também* como mãe, entre outras possibilidades, se dá com a consolidação da sociedade industrial. No decorrer do século XX, com maior acesso à educação formal e à formação profissional, as mulheres passam a ocupar cada vez mais o espaço público. Juntem-se a isso as conquistas tecnológicas no campo da contracepção e, mais tarde, da concepção, e o resultado é que a maternidade adquiriu uma dimensão reflexiva, de escolha: ter ou não ter filhos, quantos, quando, etc. Foi criado, enfim, o dilema ser ou não ser mãe, impensável apenas dois séculos antes. A maternidade como escolha, e não como destino natural, é, portanto, um fenômeno recente, que começou a se consolidar no decorrer do século XX.

O questionamento da limitação da identidade feminina à tríade esposa/mãe/dona-de-casa e a entrada da mulher no mercado de trabalho, especialmente das classes média e alta - já que nas classes populares o trabalho feminino já acontecia -,

trouxe como consequência uma ampliação da identidade feminina a fim de incluir este novo papel de trabalhadora. Tal ampliação tem levado as mulheres a desempenhar papéis múltiplos e conflitantes. Se hoje as mulheres já não se definem unicamente pela maternidade, essa permanece sendo uma possibilidade, que costuma ser conciliada com os desejos e necessidades profissionais e pessoais (ROCHA-COUTINHO, 1994). As informantes dessa pesquisa se incluem nesse perfil conciliatório: todas equilibram obrigações profissionais com as demandas da vida doméstica, e buscam no dia-a-dia soluções para o desempenho satisfatório de todas as funções às quais se propõem.

Cabe aqui levantar a hipótese de que muitas mulheres talvez prefiram conciliar vida profissional e filhos, resistindo a uma divisão mais justa das tarefas domésticas, não porque não tenham outras opções, mas porque continuam a entender o lar como território essencialmente feminino e os/as filhos/as como obrigações suas, negociando ônus e bônus dessa decisão. Ao assumir os cuidados com as crianças como primordialmente seus, algumas mulheres podem estar demarcando um posicionamento em relação aos homens/pais que confere às mulheres/mães uma posição hierarquicamente superior na esfera doméstica. Ou seja, talvez não aceitem abrir mão de um poder que lhes torna figuras centrais na família.

Elas ainda relutam em abandonar o controle do lar que sempre deu à mulher um tipo de poder – manipulando e tentando tornar dependentes dela o marido e os filhos, por trás da máscara de perfeição, compreensão e abnegação – que as compensava da sua falta de poder nesta sociedade dominada por homens (ROCHA-COUTINHO, 1994, p.121).

Ao refletir sobre as relações de gênero, é válido pensar que homens e mulheres, em suas práticas cotidianas, constituem relações em que há constantes avanços, recuos, negociações, consentimentos, alianças, como em um jogo (LOURO, 1997; ROCHA-COUTINHO, 1994). A categoria gênero é definida por Joan Scott como “um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1995, p. 89). Embora não seja o único campo, parece ter constituído uma forma persistente de possibilitar a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas.

Judith Butler (2010) defende que o gênero não pode ser entendido como a simples interpretação cultural do sexo, mas deve designar também o aparato através do qual os próprios sexos são estabelecidos. Dessa forma, a noção de gênero deve ser reformulada a fim de abranger as relações de poder que produzem o efeito de um sexo pré-discursivo e ocultam a própria operação da produção discursiva, fazendo com que o sexo seja entendido como natural e o gênero como cultural. Tal concepção deriva da teoria de poder foucaultiana, segundo a qual o poder não opera apenas de forma coercitiva, mas também de forma a construir subjetividades. Assim, o caráter produtivo do poder estaria vinculado aos mecanismos de regulação que ele instaura e procura conservar: os discursos reguladores que formam o sujeito de gênero são os mesmos responsáveis pela produção da sujeição. Não haveria uma regulação anterior

em relação ao gênero. Ao contrário, o sujeito gendrado só passa a existir na medida de sua própria sujeição às regulações (ARÁN; PEIXOTO JÚNIOR, 2007).

Assim, nas relações de gênero, os sujeitos se constituem através de diferentes práticas sociais, com negociações, avanços, recuos e ressignificações de práticas cotidianas, conforme afirma Guacira Louro:

Homens e mulheres certamente não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura, eles e elas se fazem, também, através de práticas e relações que *instituem* gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas *apropriadas* (e, usualmente, diversas). Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder (LOURO, 1997, p.41).

Assim, através do entendimento das práticas de maternagem das mamíferas e dos discursos que sustentam tais práticas, buscou-se a compreensão de como essas mulheres constroem uma identidade de gênero a partir da maternidade, que para elas não é entendida como fenômeno natural, mas como escolha.

Joan Scott afirma que os discursos posicionam os sujeitos e produzem suas experiências.

It is not individuals who have experience, but subjects who are constituted through experience. Experience in this definition then becomes not the origin of our explanation, not the authoritative (because seen or felt) evidence that grounds what is known, but rather that which we seek to explain, that about which knowledge is produced. To think about experience in this way is to historicize it as well as to historicize the identities it produces (SCOTT, 1992, p.25-26).

Se os sujeitos são constituídos discursivamente e o discurso é por definição compartilhado, a experiência é tanto coletiva quanto individual. “Experience is a subject’s history. Language is the site of history’s enactment” (SCOTT, 1992, p.34).

Dessa forma, os discursos das blogueiras sobre maternidade intensiva as posicionam e produzem suas experiências. Através dessas experiências, constroem sentidos de gênero. Indaga-se, pois, que sentidos as blogueiras produzem ao adotar e compartilhar as práticas de maternagem intensiva e de que maneiras a publicização dessas práticas, via internet, flexibiliza as fronteiras entre público e privado, dotando essa maternagem de valores sociais passíveis de reposicionamento das relações de gênero.

3 | RESSIGNIFICADOS DA MATERNIDADE E DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO BLOG MAMÍFERAS

O blog Mamíferas (www.blogmamiferas.com.br) foi criado em janeiro de 2008, por três mulheres/mães na faixa dos trinta anos, e atualmente (2019) já não existe mais. A temática principal do blog era a maternidade, e sua atualização acontecia diariamente, com posts de texto, imagens e vídeos. Desde o início até julho de 2011, era mantido por três blogueiras – identificadas no ciberespaço como Kalu, Kathy e Tata – que se revezavam na produção dos posts, sendo cada uma responsável por atualizá-lo

duas vezes por semana. Às segundas-feiras, o blog era atualizado por uma mamífera (ou mamífero) convidada/o – algum/a blogueiro/a ou frequentador/a do blog que era convidado/a a opinar sobre algum assunto ou relatar algo de sua história pessoal. A partir do dia 17 de julho de 2011, uma nova blogueira – Nanda – passa a integrar a equipe, em substituição a Kathy, que teve que deixar o blog por falta de tempo.

Foram realizadas entrevistas com as quatro blogueiras mencionadas acima e com mais três mamíferas convidadas. A partir da análise dessas entrevistas, dos posts e comentários, chegou-se oito categorias que definem e caracterizam a maternidade mamífera. Nesse artigo, trataremos de quatro dessas categorias:

- **Mãe como principal cuidadora: dedicação materna como estratégia de consolidação da presença e importância femininas**

O discurso da maternidade mamífera sustenta que a mãe, mais que o pai, é responsável pelos cuidados e bem-estar da criança, especialmente nos primeiros anos de vida da criança. As práticas relacionadas ao aleitamento são um exemplo. A amamentação prolongada mantém a mãe por mais tempo como fonte de alimentação da criança, e a opção por amamentar de acordo com as necessidades do bebê exige que ela esteja sempre presente.

Tanto nos posts como nas entrevistas foi possível verificar essa predominância materna destacada por Hays (1996). Segundo a autora, o modelo cultural de maternidade contemporânea determina que a criança precisa de um/a cuidador/a principal e que a mulher é quem está mais apta a realizar esse trabalho. Essa aptidão é fruto de um processo de socialização de práticas e comportamentos endereçados ao feminino e corroborados pelas principais instituições sociais, mas que não significa necessariamente ou exclusivamente aprisionamento e alienação, podendo se constituir em estratégia de resistência e de poder feminino. Assumir essa posição de preponderância junto ao/à filho/a significa exercer um poder que torna a mãe insubstituível, o que remete ao exercício de poder capilar que se apresenta em níveis diferenciados, como na concepção de Foucault (1979).

No post do dia 03 de outubro de 2010, com o título *Aprendendo a delegar*, Kathy fala da dificuldade de deixar que outras pessoas cuidem de seu filho:

Acho que uma das maiores dificuldades de uma mãe é aceitar que outras pessoas possam cuidar – e bem – de seus filhos. A gente sempre tende a achar que só nós entendemos aquela criança, que só nós sabemos a forma correta de fazer as coisas, que só nós conseguimos suprir as necessidades deles. Confesso que ainda tenho dificuldades de deixar que o pai dele “assuma o barco”, embora me esforce diariamente para deixar que o relacionamento dos dois flua cada vez melhor. Não é fácil, é como se eu não conseguisse desligar o “botãozinho” de mãe.

Ao mesmo tempo em que se percebe um discurso que parece tradicional sobre a divisão sexual do trabalho na esfera doméstica, essa tradição parece ser resignificada como instância de poder quando reposiciona os cuidados com o/a filho/a como saber exclusivamente, ou primordialmente, feminino. A dificuldade em delegar esses cuidados ao companheiro se justifica pelo entendimento de que esse saber é uma

forma de exercício de poder (SCOTT, 1990; FOUCAULT, 1979).

- **Maternidade reflexiva e transformadora: autoconhecimento e aprimoramento de si**

A maternidade, muito mais que um fato no curso “natural” da vida das mulheres, é entendida como uma instância de transformação, de reflexão e de crescimento pessoal. Para Tata, “ser mãe traz um autoconhecimento que desbanca qualquer terapia. (...) A gente tem que olhar pra dentro, encarar os próprios fantasmas, aceitar as próprias limitações e varrer as poeiras escondidas por baixo de todos os tapetes. É preciso coragem para mudar, revolucionar, crescer” (Post de 09.07.11).

No post do dia 25 de março de 2011, Kalu faz um desabafo motivado pelas críticas de comentaristas de que o blog levanta bandeiras que acabam por discriminar as mães que não seguem uma suposta “cartilha mamífera”.

Estou farta de fábricas de sobreviventes. Ninguém morre porque nasceu de cesárea, porque tomou mamadeira, chupou chupeta, tomou refrigerante, estudou em colégio porque era perto de casa. Sobrevivemos à ignorância dos nossos pais e compreendemos que eles fizeram o melhor que poderiam. Eu fiz minhas escolhas, com mais informação e consciência. Elas não são perfeitas. Mas valorizo cada uma delas porque foi fruto de transformações profundas. Não preciso dizer que aprendi a não ser tão radical porque cedi a isso ou aquilo. Aquilo que é importante para mim, eu vou atrás, busco ajuda, orientação e faço as minhas escolhas, sem precisar colocar rótulo em ninguém.

Na maternidade mamífera, a busca por informações e a reflexão constante devem guiar as práticas maternas. Desde as escolhas relativas ao parto e aleitamento, até aquelas referentes à escola e pediatra, nada se dá por acaso, mas a partir da busca de informações e da reflexão. Tal postura diante da maternidade é entendida pelas blogueiras como geradora de transformações e crescimento pessoal. A maternidade como escolha, vivida de forma inteira, é entendida por essas mulheres como caminho para a evolução pessoal.

- **Maternidade natural e instintiva: o surgimento do “bicho-mãe”**

A maternidade mamífera, como o próprio nome mostra, é estruturada em valores ligados ao natural e ao instintivo. A mãe é a principal cuidadora porque é ela quem gesta, pare e amamenta. O instinto materno, junto a informações relativas às experiências de outras mulheres, serve como suporte para as decisões maternas ao longo da vida do/a filho/a.

Em post do dia 09 de setembro de 2010, Kathy dá sua definição de “bicho-mãe”: “mãe que se deixa agir pelos instintos, intuitivamente. É dessa forma que ela faz suas escolhas, em contato com o lado maternal que vem de dentro, sem livro pra embasar ou pediatra pra dizer amém”. Ao contrário da maternidade intensiva descrita por Hays(1996), na qual as mulheres se apoiavam na opinião de especialistas, na maternidade mamífera o suposto instinto da mãe e as experiências de outras mulheres servem para orientar as práticas e decisões.

A defesa do parto domiciliar se dá exatamente pelo entendimento de que parir

é um ato fisiológico, natural, e não uma doença. As histórias de parto das quatro blogueiras ilustram essa escolha pelo parto domiciliar como algo natural e que não precisa nem deve ser medicalizado. A amamentação prolongada e em livre demanda aparece como fator importante na defesa dessa maternidade instintiva, não apenas pelas qualidades nutricionais do leite materno, mas pela importância do vínculo mãe-bebê e pelo resgate do “bicho-mãe”. No post do dia 01 de junho de 2011, intitulado *Amamentação e a mulher selvagem*, Tata fala da amamentação como um ato natural e instintivo.

É que amamentação é pura entrega, é instinto. Se o racional não desliga, a amamentação não acontece – ou pelo menos não acontece tão inteiramente como poderia acontecer, com aquele vínculo poderoso. Talvez por isso a amamentação tenha sido sempre tão prazerosa para mim: é que sou animal, e amamentação é isso – puro instinto, racionalização zero. Esse meu lado selvagem realizou-se de maneira absoluta e indizível, ao alimentar minhas crias como uma gata do mato amamenta seus filhotes.

A ideia de que o que é natural é melhor embasa e justifica várias das práticas das mamíferas: parto, aleitamento materno, respeito ao ritmo da criança, desmame e desfraldamento naturais, cama compartilhada. E a maternidade traz à mulher a oportunidade de entrar em contato com seu lado mais instintivo e natural. Percebe-se, nos discursos das blogueiras e convidadas, que o instinto é entendido como uma potência, uma força latente, que pode ser acionada pela mulher, desde que ela escolha, desde que se empodere para aceitá-lo e segui-lo.

- **Empoderamento na maternidade mamífera: o direito de escolher, compartilhar, questionar e protagonizar**

A maternidade mamífera se pauta por escolhas. A escolha de ser mãe, de ser dona do próprio parto, e de maternar intensivamente. Ao contrário de suas mães e avós, as mamíferas *optam* por viver a maternidade de forma intensiva, sem delegar tarefas, sem fugir das responsabilidades. Em seu entendimento, essa é uma maneira de retomar o que de forma mais contundente identifica o feminino: a relação da mulher com seu corpo e com a maternidade. Da forma como constroem seus discursos, posicionam-se contra um sistema que objetifica, infantiliza e constrange a mulher e seu corpo. Nessa perspectiva, a adoção das práticas mamíferas de maternagem representa formas de empoderamento e de posicionamento identitário do feminino.

Conforme as informantes, o desenvolvimento de um saber médico sobre o parto tirou das mulheres o protagonismo de parir. Visto pela ótica foucaultiana, o resgate de práticas tradicionais como o parto natural domiciliar e a amamentação, que centram a maternidade no corpo da mulher, permite o exercício de um poder feminino. Como se pode ver abaixo na fala de Kalu em entrevista concedida em 05.07.11, via Skype:

O primeiro parto deitado aconteceu com a Rainha Vitória. O parto deitado, para que o rei e o Clero pudessem assistir ao nascimento do príncipe. A mulher em posição passiva. Logo depois surge a necessidade de anestesia, clorofórmio, e os irmãos forceps criam o aparelho para extrair bebê. Então as coisas saem do lugar quando as mulheres abdicam do feminino. Tomam pilula, deixam de ter ciclos, queimam os

sutias, querem ser iguais aos homens. O homem chega na cena de parto. Década de 70, chega o ultrassom, a cesárea. As mulheres perdem a capacidade de parir. Medicalizam o parto. Homens fazem o parto. Mulheres deixam de amamentar para trabalhar. Nestlé lucra milhões. E estamos retomando esse poder. Porque quem passa pela experiência de parto sai do sistema. E isso é perigoso. A gente começa a questionar um tanto de coisa. Somos um perigo. Questionamos, estamos fora do sistema. Somos donas dos nossos corpos, amamentamos em público bebês grandes. E nosso corpo não é só vitrine masculina, ele funciona. Gozamos. Sabemos o que queremos. Queremos homens que compartilhem de ideais, que nos valorizem. Doces Barbaras, como a Renata lindamente escreveu. E mais que tudo: nos valorizamos, Nos apoiamos. Nos identificamos numa tribo de questionadoras.

Assim, a busca pelo parto domiciliar sem intervenções e pela amamentação prolongada é entendida como uma forma de subversão da ordem patriarcal, uma vez que as mulheres retomam o controle do próprio corpo e de seus processos, e passam a questionar o saber médico, se tornando ativas ou empoderadas (adjetivo usado constatemente por elas).

A escolha pela maternidade vivida dessa forma implica no questionamento de um modelo em que o corpo feminino é destituído de seu poder de parir e de amamentar, sendo substituído pela tecnologia médica e pela mamadeira. Tal modelo é considerado por elas como hegemônico, em que as responsabilidades maternas são constantemente delegadas à escola, a babás, aos/às pediatras, e no qual a maternagem, de maneira mais abrangente, lhes é tirada.

Ao tratar dos tipos de parto e da escolha por parte da mulher no post do dia 14 de julho de 2011, Kalu discorre sobre a necessidade de que a mulher tome para si a responsabilidade do parto, e que se empodere para vivê-lo, sem esperar de outros as decisões que são unicamente dela. É preciso sair da posição de vítima e se tornar protagonista.

Mas afinal nos ensinaram isso: a esperar que o príncipe encantado, com sua espada, nos salve de nossas bruxas, nossas prisões internas. (...) Precisamos do apoio do marido para nossas escolhas de parto, precisamos do apoio da doula, da família, do médico. Aquele médico que vai nos salvar das prisões internas que criamos e garantir nosso desejo profundo de parir. Mas na verdade a gente queria mais uma vez entregar as escolhas para eles que com o bisturi farão o parto que na verdade não queríamos. Sem perceber trocamos os atores e esquecemos-nos de mudar o script da peça. Esquecemos que o parto não é um evento médico, mesmo sendo fora do risco habitual. (...) Não podemos ser salvos de nós mesmos. Não podemos ser salvos de nossas covardias. O pior é que a gente acorda e não quer se levantar e lutar. Infelizmente nadar contra a corrente é uma tarefa que exige lutas, derrotas, buscas e atalhos. Não conheço uma mulher que não tenha enfrentado desafios hercúleos para parir. E cedo ou tarde enfrentaremos nosso maior medo: de que estamos sós e só depende de nós tudo aquilo que nos cabe. (...) Para parir é preciso encarar a solidão mais profunda e fria: não dá para parir sem mergulhar, sem questionar, sem se emaranhar, se revirar. (...) Para conseguir é preciso ser um super herói diante de nossa realidade obstétrica. Esse é o verdadeiro sentido de empoderar-se. Talvez o objetivo final do nosso trabalho de humanização. Empoderar-se é ser protagonista de uma história. É saber das mentiras que os homens contam, de seguir o caminho até o sol para que a nossa lanterna seja acesa. Saber que encontraremos descanso em alguns braços ou palavras, mas que o caminho é solitário e escuro. Até que o que procuramos nos encontre, quando estamos dormindo em nosso sonho real desolados. A lanterna se

acende e podemos iluminar os cantos obscuros de nós.

Aqui, a maternidade e a escolha de vivê-la de uma forma específica aparecem como um caminho para o empoderamento feminino em outras dimensões da vida. Ou seja, o despertar que conduz e ancora a condição de protagonistas na maternidade subsidia mudanças de alcance mais amplo que dizem respeito não só à esfera doméstica, mas também pública, das relações de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tipo ideal de maternidade mamífera implica em parto domiciliar sem intervenções, amamentação materna prolongada e em livre demanda, cama compartilhada com o bebê, educação pela não violência, preponderância da homeopatia em relação à alopatia, desmame e desfraldamento de acordo com o ritmo/vontade da criança.

Esse modelo de maternagem é entendido pelas mamíferas como uma alternativa feminina ao padrão hegemônico de maternidade que se inicia com um parto cirúrgico ou normal hospitalar, separação mãe e bebê no pós-parto, não incentivo ao aleitamento, uso de chupeta e mamadeira, terceirização dos cuidados com a criança, não respeito ao ritmo da criança, uso indiscriminado da alopatia.

No modo de maternagem mamífera, os cuidados com a criança são centrados na mãe, em seu corpo, principalmente quando o/a filho/a ainda é bebê. Ao tomarem as necessidades da criança como fio condutor de suas práticas, essas mulheres tomam para si a responsabilidade de satisfazê-las e o protagonismo da maternidade como espaço de poder feminino, do qual não pretendem recuar.

Ao se apropriar das categorias mesmas geradoras de desigualdade, essas mulheres parecem exercer certo poder no contexto familiar, ao tomar para si o cuidado com os/as filhos/as, construindo-se como insubstituíveis dentro desse contexto. Na concepção foucaultiana, pode-se entendê-las como exercício positivo de poder, de um micropoder que tenta subverter ao seu modo, não radical, o contexto de dominação masculina.

Nem todas as fissuras que corroem as formas de dominação masculina tomam a forma de dilacerações espetaculares, nem se exprimem sempre pela irrupção singular de um discurso de recusa ou de rejeição. Elas nascem com frequência no interior do próprio consentimento, quando a incorporação da linguagem da dominação se encontra reempregada para marcar uma resistência (CHARTIER, 1995, p.42).

Pode-se entender, com Chartier, que a preponderância materna se dá de maneira a marcar uma resistência quando ressignifica as práticas tradicionalmente femininas a partir de uma escolha e de uma lógica de valorização e publicização através da internet, tornando-as reduto exclusivo de poder feminino.

Há uma espécie de subversão nos discursos dessas mulheres que constantemente recorrem a termos como “nadar contra corrente”, “desconstruir mitos”. Se, à primeira

vista, esse modelo de maternidade parece tradicional e propenso a subjugar a mulher aos domínios do lar, ao aprofundar-se nos sentidos construídos pelas mamíferas entende-se que a possibilidade de escolha consciente fundamenta esse modelo como subversivo. Escolhem ser mães e escolhem sê-lo de maneira diferente dos padrões ocidentais atuais. O retorno ao “natural” é uma forma de resposta à excessiva tecnologização de processos entendidos como simples, a exemplo do parto. É também uma forma de retorno do feminino que não mais aceita se submeter a uma ordem patriarcal que se insurge sobre os corpos femininos, determinando, inclusive, as posições do parto.

No que se refere às relações de gênero no âmbito da esfera privada, as práticas de maternagem intensiva não são entendidas pelas informantes como simples aceitação feminina de papéis tradicionais de gênero. Também não significam retrocessos ou alienação diante de uma trajetória de lutas e reivindicações femininas por emancipação, liberdade e autonomia. Significam parte e continuidade dessa mesma luta por igualdade de direitos, de liberdade, de autonomia através dos modos de viver a maternidade dessa forma específica.

Aa mamíferas entendem que a opção por assumir práticas que engendram essa forma de maternagem as torna mulheres críticas e conscientes não só das suas escolhas pessoais, mas das imposições endereçadas a elas socialmente como meros objetos de um sistema de medicalização que legitima e determina o que é saúde/doença e como tratá-la. A partir da rejeição consciente desse sistema, se insurgem contra a objetificação de seus corpos e contra a submissão ao patriarcado.

Nos discursos femininos em análise não só é afirmado o exercício de micropoderes na esfera pública e privada, mas também as formas como se instituem, ou seja, nas suas formas simbólicas e sutis, entre avanços e recuos, entre práticas tradicionais e modernas.

REFERÊNCIAS

ARÁN, Márcia; PEIXOTO JÚNIOR, Carlos Augusto. Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. *Cadernos Pagu*. Campinas, v. 28, p. 129-147, jan-jun 2007.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. 19. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HAYS, Sharon. *The cultural contradictions of motherhood*. New Haven: Yale University, 1996.

LIPOVETSKY, Gilles. *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SCAVONE, Lucila. *Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero*. Interface – Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v.5, n.8, 2001, p. 47-60. Disponível em: <<http://www.interface.org.br/revista8/ensaio3.pdf>>. Acesso em: 09.06.10.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.20, n.2, Jul./dez. 1995, p.71-99. Disponível em: <http://www.archive.org/stream/scott_gender#page/n0/mode/2up>. Acesso em: 09.06.10.

_____. Experience. In: BUTLER, Judith; SCOTT, Joan (eds.). *Feminists theorize the Political*. New York: Routledge, 1992.

SCOTT, R. Parry. *O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 73, mai 1990. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741990000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20.08. 11.

YALOM, Marilyn. *A história do seio*. Lisboa: Teorema, 1997.

SOBRE A ORGANIZADORA

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo campus São Carlos (IFSP/ Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: -Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena .

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5670805010201977>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-437-5



9 788572 474375